

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009896-16.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **IVETE TERESINHA MARINI DE SOUZA**  
 Requerido: **BANCO DO BRASIL SA**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Ivete Teresinha Marini de Souza propôs a presente ação contra o réu Banco do Brasil S.A., pedindo:a) que o réu seja compelido a limitar os descontos em folha de pagamento, relativos a empréstimo consignado, empréstimo pessoal, cartão de crédito e limite do cheque especial, além de outros débitos, dívidas, limites de crédito, parcelas de empréstimo, tanto os consignados, como aqueles em que hajam débito automático, para o percentual máximo de 30% de seu salário; b) a condenação do réu no pagamento de indenização por danos morais.

Tutela antecipada deferida às fls. 37/38.

O banco-réu foi devidamente citado às fls. 51, porém não apresentou contestação (vide fls. 52), tornando-se revel.

O feito foi sentenciado às folhas 53/55.

Recurso de apelação do réu às folhas 57 e da autora às folhas 84.

Acórdão de folhas 137/142 anulou a sentença considerando-a *citra petita*.

Relatei o essencial. Decido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, II, do CPC.

A autora firmou contratos de empréstimos consignados em folha de pagamento junto ao réu, assumindo parcelas mensais que, juntas, totalizavam, até outubro de 2014 o valor de R\$ 1.336,89 (**confira fls. 13**). Pelo demonstrativo de pagamento juntado a fls. 13, verifica-se que a autora percebia remuneração no valor de R\$ 2.877,73.

Dessa maneira, procede a causa de pedir para a limitação dos descontos na folha de pagamento da autora ao teto máximo de 30%. Explico.

Ao analisar os pedidos de empréstimo, o banco-réu não cuidou em examinar o perfil da autora, à luz do que dispõe o Decreto Federal de nº. 6.386/2008.

Deveria a instituição ré ater-se às regras estabelecidas pela legislação acima, porém, concedeu empréstimos consignados à autora, excedendo, assim, o limite de comprometimento em folha de pagamento.

Logo, é possível verificar que a remuneração da autora é de aproximadamente R\$ 2.780,82, conforme se depreende do demonstrativo de pagamento de fls. 13, eis que para obter os seus vencimentos, basta somar o provento básico + anuênio + incentivo de qualificação e deduzir os descontos obrigatórios (R\$ 27,41 – mensalidade sindicato e R\$ 69,70 - Imposto de Renda).

Destarte, os descontos relativos a empréstimos consignados (R\$ 1.336,89) correspondem a aproximadamente 48% dos vencimentos da servidora, extrapolando a limitação imposta pelo aludido Decreto Federal.

**Nesse sentido:**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

2170891-35.2014.8.26.0000 - Agravo de Instrumento / Empréstimo consignado - Relator(a): Nelson Jorge Júnior - Comarca: Mauá - Órgão julgador: 24ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 06/11/2014 - Data de registro: 15/11/2014 - Ementa: CONTRATO BANCÁRIO Empréstimo consignado Desconto em folha de pagamento de servidor publico estadual Limitação do valor das parcelas a 30% do valor percebido a título de vencimentos Aplicação do Decreto Federal 6.386/08 - Possibilidade Intangibilidade do salário Art. 7º, inc. X, da CF: Por força do princípio da intangibilidade do salário, prevista no art. 7º, inc. X, da CF, com incidência do Decreto Federal 6.386/08 é possível a limitação judicial do valor das parcelas de empréstimo pessoal com desconto em conta corrente a 30% dos vencimentos do mutuário. RECURSO PROVIDO.

Portanto, de rigor a limitação dos descontos em folha de pagamento da autora, dos empréstimos consignados, empréstimos pessoais, no patamar máximo de 30% do salário disponível, bem como a limitação, a este mesmo percentual, das verbas inerentes a cartão de crédito e cheque especial.

**Nesse sentido:**

0075442-21.2013.8.26.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação declaratória de ilegalidade de retenção de salário - Decisão que deferiu parcialmente tutela antecipada para que o recorrido promova descontos de empréstimo, limite do cheque especial e faturas de cartão de crédito limitados a 30% do salário líquido do recorrente - Possibilidade da limitação dos descontos de empréstimo a 30% dos vencimentos, nos termos da Lei nº 10.820/2003 - Demais débitos incluídos nesse percentual que em nada prejudicam o agravante, uma vez que o numerário derivado de 30% de seu salário líquido permanece inalterado no caso concreto - Decisão mantida - Recurso não provido. (Relator(a): Irineu Fava; Comarca: Marília; Órgão julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 08/08/2013; Data de registro: 09/08/2013) inclusive com relação ao Entretanto, indefiro o pedido no que se refere à limitação do desconto em relação ao benefício de pensão por morte, uma vez que o desconto lá realizado não ultrapassa o limite de 30% (confira fls. 17).

Por outro lado, rejeito o pedido de condenação do banco-réu no pagamento de danos morais à autora, posto que embora tenha ocorrido a inobservância na limitação dos descontos em folha de pagamento, os encargos cobrados pelo banco-réu não foram abusivos nem chegaram a causar qualquer abalo na vida da autora, apto a ensejar qualquer recomposição. Nem se pode alegar o reconhecimento presumido do dano, posto que, como já dito, os encargos contratados não são excessivos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**Nesse sentido:**

0037223-20.2010.8.26.0007 - Apelação / Contratos Bancários - Relator(a): Walter Fonseca - Comarca: São Paulo - Órgão julgador: 11ª Câmara de Direito Privado - Data do julgamento: 24/05/2012 - Data de registro: 31/05/2012 - Ementa: revisional de contrato bancário cumulada com pedido de indenização por danos morais limite de 30% (trinta por cento) ao desconto efetuado pela instituição financeira sobre valores recebidos a título de benefício previdenciário. O desconto das parcelas devidas a título de mútuo diretamente na conta corrente da autora, sem imposição de limite, configura infração ao inciso IV, do artigo 649, do Código de Processo Civil e às normas cogentes consumeristas. Precedentes. DANO MORAL NÃO OCORRIDO. A conduta do banco em não renegociar a dívida, não redundou em consequências negativas ao prestígio ou boa índole da autora nos meios econômico e social, não consistindo o alegado transtorno e mero aborrecimento em elementos caracterizadores do abalo a honra. Recurso parcialmente provido.

Diante do exposto, acolho em parte o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do CPC, para o fim de limitar os descontos mensais em folha de pagamento da autora, a título de empréstimo consignado, empréstimo pessoal e verbas inerentes a cartão de crédito e cheque especial, ao patamar de 30% (trinta por cento) de seus vencimentos. Mantenho a tutela antecipada de fls. 37/38. Em razão da sucumbência recíproca, cada parte arcará com o pagamento dos honorários advocatícios de seus respectivos patronos, bem como no pagamento das custas e despesas processuais, observando-se os benefícios da assistência judiciária gratuita. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

São Carlos, 03 de fevereiro de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**